

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2023, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações Gerais.
2. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 579/XV/1.ª \(BE\)](#) - Reforço da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.
3. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 700/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Condena a República do Uganda pela aprovação da autodenominada “Lei Anti-homossexualidade”.
4. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 781/XV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que remeta para apreciação a Convenção sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.
5. Discussão na **especialidade** do [Projeto de Resolução n.º 577/XV/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento final para conclusão da vinculação da República Portuguesa à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias.
6. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 346/XV/1.ª \(PS, PCP e BE\)](#) - De solidariedade com o povo palestino nos 75 anos da Nakba.
7. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 365/XV/1.ª \(PS\)](#) - De condenação pelo abandono em alto-mar de requerentes de asilo no mar Egeu.
8. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 368/XV/1.ª \(PS\)](#) - De condenação pelo ataque à barragem ucraniana de Kakhovka, na decorrência da invasão perpetrada pela Rússia.

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

9. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 369/XV/1.ª \(CH\)](#) - De condenação pelas declarações do Presidente da República Federativa do Brasil sobre a República Bolivariana da Venezuela.

10. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 375/XV/1.ª \(IL\)](#) - De preocupação pela ingerência da Federação Russa Na República da Moldávia.

11. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 376/XV/1.ª \(PSD\)](#) - De pesar pelas vítimas do naufrágio no Mediterrâneo ao largo da costa grega.

12. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 377/XV/1.ª \(CH\)](#) - De congratulação a Manuel da Ponte ferido nos atentados de Annecy, em França.

13. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 378/XV/1.ª \(PS\)](#) - De pesar pelas mortes de migrantes no naufrágio recente no Mar Mediterrâneo.

14. Apresentação e votação do [Projeto de Voto n.º 384/XV/1.ª \(PSD\)](#) - De solidariedade para com o povo Ucrainiano face ao ecocídio de que a Ucrânia é vítima.

15. Análise e votação da redação final da seguinte iniciativa:

- I. [n.º 673/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo que condene a aprovação da legislação anti-LGBTI+ no Uganda, que integre as questões LGBTI+ na cooperação portuguesa e que crie medidas para acolhimento e integração de refugiados LGBTI+ ugandeses e de outros países de origem em Portugal.

16. Apreciação e votação das seguintes Atas:

- n.º 52, de 30 de maio de 2023;
- n.º 53, de 15 de junho de 2023;
- n.º 54, de 21 de junho de 2023.

17. Outros assuntos

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

Iniciada a reunião sob a direção da Senhora Vice-Presidente da Mesa, Deputada Olga Silvestre, deu esta as boas vindas aos Deputados presentes.

O Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o adiamento do ponto 6 da ordem do dia, informando que enviaria os sentidos de voto por correio eletrónico.

O Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) solicitou que o ponto 5 da ordem do dia fosse discutido de seguida, tendo as alterações à ordem do dia, colocadas à votação, sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, PCP e BE, registando-se a ausência do CH e IL.

No **Ponto 1.**, não se registaram informações gerais.

No **Ponto 5.**, interviu a Deputada Carla Madureira (PSD) referiu que a língua Mirandesa é uma língua oficial portuguesa. Referiu que, após dois anos da aprovação da Carta Europeia das Línguas Regionais, o GP PSD tinha a esperança de que o governo já tivesse envidado esforços para preservar esta língua, mas que, aparentemente, não seria o caso.

No **Ponto 2.**, a Deputada Isabel Pires (BE) começou por informar que o Estado português tinha assumido um compromisso, no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas, com um montante equivalente a 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mas, no entanto, o montante disponibilizado pelo Governo português não chegava a 0,2% do RNB. Realçou ainda que se notava um retrocesso nas contribuições de Portugal para o RNB, colocando este país cada vez mais afastado de cumprir a meta de 0,7% em 2030.

O Deputado João Montenegro (PSD) referiu que a iniciativa em apreço alertava para o não cumprimento das metas propostas e que o GP PSD se posicionava numa política de desenvolvimento.

A Deputada Romualda Fernandes (PS) referiu que existia um elevado apoio de Portugal à APD, estando este país acima da média, comparado com os países europeus, na ajuda àquele organismo, enunciado dados para o efeito. Realçou que existia, no entanto, espaço para que essa ajuda seja incrementada.

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

O Deputado Paulo Pisco (PS) referiu que a APD era um dos vetores da política externa de Portugal. Referiu que os montantes da ajuda à APD não tinham atingido os objetivos propostos, mas que tinham existido uma tendência de incremento, nomeadamente, de áreas de intervenção, projetos financiados, entre outros. Informou ainda, que não acompanhavam a iniciativa em apreço.

A Deputada Isabel Pires (BE) referiu que o GP BE não colocava em causa a boa vontade dos dados apresentados pelo GP PS, mas que o compromisso do Estado Português estava aquém da realidade. Realçou a necessidade de existir uma calendarização vinculativa para o cumprimento das metas assumidas.

O **Ponto 3.**, foi adiado por ausência da Deputada do PAN (proponente).

No **Ponto 4.**, a Deputada Joana Mortágua (BE) começou por informar que a 108.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra a 21 de junho de 2019, tinha adotado a primeira Convenção sobre Violência e Assédio no Mundo do Trabalho (Convenção N.º 190), bem como a Recomendação n.º 206, que a complementa, tendo como objetivo a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. Manifestou a incompreensão da não ratificação, por parte de Portugal, da referida Convenção. Manifestou ainda o desejo de que a Assembleia da República ratifique a Convenção sobre Violência e Assédio no Mundo do Trabalho (Convenção N.º 190).

O Deputado Gil Costa (PS) realçou a importância da iniciativa em apreço.

O **Ponto 6.**, foi adiado por solicitação do PCP.

No **Ponto 7.**, o Deputado Miguel Matos (PS), apresentou o projeto de voto em apreço, realçando a sua importância e referindo que o abandono de migrantes no mediterrâneo é sistemático, consistindo numa clara violação dos direitos humanos. Apelou a que a República Helénica conduza rapidamente uma investigação sobre o sucedido e adote medidas para assegurar o respeito integral pelos direitos humanos das pessoas que atravessam as fronteiras externas da União Europeia através do seu território.

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

Colocado à votação, o projeto de voto foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, PSD, CH e PCP, registando-se a ausência da IL e BE.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) informou que, posteriormente, entregaria uma declaração de voto à mesa.

No **Ponto 8.**, o Deputado Paulo Pisco (PS), referiu que, pese embora o desconhecimento dos reais acontecimentos, manifestou a preocupação e solidariedade com o povo que sofre com o ataque à barragem ucraniana de Kakhovka. Propôs a elaboração de um texto conjunto da Comissão, resultante dos projetos de voto n.ºs 368/XV/1.ª (PS) e 384/XV/1.ª (PSD).

O Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) manifestou a sua concordância.

No **Ponto 9.**, o Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) realçou a violação dos direitos humanos na Venezuela, condenando as declarações do Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva, sobre aquele país.

O Deputado Paulo Pisco (PS) referiu que Portugal tem relações de amizade e importantes a nível comercial com a Venezuela e com o Brasil, sendo necessário cautela diplomática, nomeadamente, tendo presente a importância da alargada comunidade portuguesa residente naqueles países. Referiu não ser claro no projeto de voto em apreço se este Grupo Parlamentar (GP) pretende criticar o Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva ou a Venezuela, considerando não ser adequado proceder à condenação do discurso do Presidente Lula da Silva.

O Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) aludiu à necessidade de separação sobre o que se passa na Venezuela e as declarações do Presidente Lula da Silva, condenando veementemente a violação dos direitos humanos por parte da Venezuela. Realçou a importância permanente do Brasil para Portugal, recomendando cautela nas relações diplomáticas.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) referiu que a comunidade portuguesa residente na Venezuela tem sido vítima do regime venezuelano. Referiu ainda que, quando Jair Bolsonaro era presidente da República Federativa do Brasil, o PS

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

demonstrava menos cautela na relação com este país, mas, quando da eleição de Lula da Silva, na ótica do PS, os dois países retomaram a relação de amizade entre si.

Colocado à votação, o projeto de voto foi rejeitado com os votos contra dos Deputados presentes do PS, PSD e PCP, votos a favor do CH e registando-se a ausência da IL e BE.

O **Ponto 10.** foi adiado por ausência dos Deputados da IL (proponente).

No **Ponto 11.**, o Deputado Paulo Pisco (PS) propôs a elaboração de um texto conjunto da Comissão, resultante dos projetos de voto n.ºs 376/XV/1.ª (PSD) e 378/XV/1.ª (PS). O Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) anuiu à proposta apresentada acima, lamentando a tragédia decorrente do naufrágio no mediterrâneo ao largo da costa grega. Referiu que é necessário ter uma política europeia de integração e de implacabilidade para com o crime organizado e tráfico humano.

O Deputado Miguel Matos (PS) realçou a necessidade de humanismo para com os migrantes, manifestando a sua estranheza no que concerne à atenção mediática atribuída ao desaparecimento do submarino de turismo TITAN, que resultou em 5 mortes, o que é sempre de lamentar, e as várias centenas de mortes de migrantes no mediterrâneo. Realçou a crueldade com que a europa está a permitir que os migrantes morram no mediterrâneo.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH), lamentou as mortes dos migrantes no mediterrâneo, questionando quem seriam os culpados. De seguida, concluiu que estes seriam as redes de tráfico humano, algumas ONG's que são alvo de subornos, e a sociedade no seu global tendo por base as políticas assumidas. Concluiu que a imigração ilegal, tem como consequência a tragédia.

O Deputado Paulo Pisco (PS) referiu que a europa tem uma política de portas fechadas porque a direita política assim o deseja, nomeando o Grupo de Visigrado, Hungria, Polónia, Itália, entre outros.

O Deputado João Dias Coelho (PSD) referiu que não se pode generalizar quando acusando as ONG's de culpadas pelas mortes de migrantes no mediterrâneo. Referiu

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

que as políticas dos países têm repercussões e que a desmantelação do SEF tem vindo a permitir o aumento da imigração ilegal.

O **Ponto 12.** foi adiado por solicitação dos Deputados do PS.

No **Ponto 13.** elaboração de um texto conjunto da Comissão, resultante dos projetos de voto n.ºs 376/XV/1.ª (PSD) e 378/XV/1.ª (PS).

No **Ponto 14.** elaboração de um texto conjunto da Comissão, resultante dos projetos de voto n.ºs 368/XV/1.ª (PS) e 384/XV/1.ª (PSD).

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) assumiu a presidência da mesa.

No **Ponto 15.** colocada à votação, a redação final do Projeto de Resolução n.º 673/XV/1.ª (L) foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD e CH, registando-se a ausência da IL, PCP e BE.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) informou que, posteriormente, entregaria uma declaração de voto à mesa.

No **Ponto 16.** colocadas à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD e CH, registando-se a ausência da IL, PCP e BE.

No **Ponto 17.** não se registaram outros assuntos.

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu a reunião por encerrada pelas doze e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2023.

O PRESIDENTE

(Sérgio Sousa Pinto)

**ATA NÚMERO
55 / XV / 1.ª SL**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Edite Estrela (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Bruno Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Maria João Castro (PS)
Dinis Ramos (PSD)
João Dias Coelho (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Joana Mortágua (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bárbara Dias (PS)
João Azevedo (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 12 de julho de 2023.